

O jogo dos sentidos em psicanálise: alteridade, verdade e construção

Mauricio Rodrigues Souza*

Universidade Federal do Pará, Instituto de Psicologia. Belém, PA, Brasil

Resumo: Este artigo se apresenta como uma contribuição ao debate acerca do problema da alteridade em psicanálise. Para tanto, remete-se à noção de *construção*, discutindo o dilema da imposição/negociação de sentido no *setting* clínico por meio de uma pesquisa teórica que esmiúça duas perspectivas específicas: a original freudiana, mais próxima ao realismo de uma equivalência entre as metapsicologias e as expressões do inconsciente, e aquela outra, posteriormente sugerida por Serge Viderman, construtivista e desconfiada quanto à possibilidade de correspondências bem-definidas entre fenômenos clínicos e representações teóricas predeterminadas. Em termos conclusivos, após se aproximar de alguns diálogos propostos por Luís Claudio Figueiredo entre psicanálise, temporalidade, narratividade e elementos da filosofia de Heidegger, defende um ideal interpretativo que metabolize a fala que lhe é dirigida, mas que também suporte e acolha as diferenças a ela inerentes, revelando assim uma disponibilidade para com o próprio movimento do pensamento.

Palavras-chaves: psicanálise, alteridade, verdade, construção.

Este artigo pode ser compreendido como um aporte ao debate referente ao problema da alteridade a partir da especificidade do referencial psicanalítico. Para isso, remete-se a uma noção em particular: aquela concernente à *construção*. Nesses termos, sua principal intenção é demonstrar as ondulações do conceito em questão e, junto com elas, discutir o problema da imposição/negociação de sentido também no tipo de saber inaugurado por Freud. Assim, após alguns comentários iniciais de natureza mais conceitual, esmiúçará duas importantes contribuições diretamente relacionadas à temática supracitada: a original freudiana (Freud, 1937/1976) e a posteriormente sugerida por Serge Viderman (1990).

Nesse percurso, deslocar-se-á entre os polos definidos por duas abordagens distintas. A primeira, de cunho mais realista, aparece balizada tanto por um ideal de equivalência entre as metapsicologias e as expressões do inconsciente quanto pela crença na existência de verdades “soterradas” a serem alcançadas pelo par analítico. Já a segunda, eminentemente construtivista, ao mesmo tempo que desconfia da possibilidade de correspondências bem-definidas entre fenômenos clínicos e representações teóricas predeterminadas, enfatiza que a eficácia da psicanálise dependeria não exatamente da descoberta de traumas fixados no passado, mas da geração de narrativas mais ou menos coerentes no aqui e agora do encontro analítico, narrativas estas que levassem em conta a interação entre o arsenal teórico do analista e as histórias trazidas por cada sujeito que se submete ao tratamento (Ahumada, 1999; Figueiredo, 1998).

Diante disso, cabe perguntar: qual desses caminhos escolher? Talvez nenhum dos dois, já que, como aponta Figueiredo (1996, 1998), a diferença imposta pelo outro no contexto da clínica é inseparável da diferença representada

pelo próprio inconsciente, dono de uma temporalidade e de uma narrativa particulares que recusam qualquer submissão ao pensamento representacional. As implicações de tal afirmação são enormes e se estabelecem na observação de que, a despeito da sua inegável qualidade de dispositivos *realizadores*, no espaço virtual e potencial do encontro analítico as metapsicologias possam e devam funcionar como dispositivos *desrealizantes*. Somente assim fornecerão ao inconsciente um espaço de abertura e figurabilidade onde este possa se expressar precisamente na sua extemporaneidade, em uma radical alteridade que fundamenta a própria psicanálise.

Eis aí, portanto, os tópicos que orientarão as páginas seguintes. Para que cheguemos até eles, porém, torna-se importante que primeiro observemos um pouco mais de perto alguns intrigantes contornos conceituais que o verbo construir adquiriu ao longo dos anos no pensamento psicanalítico.

Mas o que significa “construção” em análise?

Segundo Laplanche e Pontalis (1992), trata-se de um “Termo proposto por Freud para designar uma elaboração do analista mais extensiva e mais distante do material que a interpretação, e essencialmente destinada a reconstituir nos seus aspectos simultaneamente reais e fantasísticos uma parte da história infantil do sujeito” (p. 97). Como se pode notar, há aqui um caráter aparentemente mais abrangente e menos imediatista da construção, a qual, visando o resgate de elementos esquecidos (leia-se: recalcados) da história primeva do sujeito, levaria em conta elementos advindos de duas realidades distintas, porém complementares: a material e a psíquica.

Logo em seguida, Laplanche e Pontalis (1992) acrescentam à sua descrição alguns comentários

* Endereço para correspondência: souza.mr@gmail.com

interessantes. Por exemplo, o de que seria complicado – e mesmo “pouco desejável” – procurar manter a definição de construção originalmente proposta por Freud (1937/1976), segundo eles um tanto quanto restrita em sua aproximação demasiada da técnica. Assim, para além do trabalho do analista em seu *setting* clínico, os autores franceses incluem no conceito de construção as fantasias e/ou elaborações *do próprio analisando*, sugerindo a ideia de que, mais do que a estruturação pelo tratamento, tratar-se-ia aqui do problema mais amplo das estruturas inconscientes em si mesmas.

Alguns anos depois, é também em uma relação direta com a interpretação que Kaufmann (1996) se refere ao conceito de construção em análise. Assim, qualifica este último como uma ferramenta utilizada por Freud (1937/1976) visando, dentre outras coisas, um refreamento ou temperança da onipotência interpretativa que alguns estragos causara na história do movimento psicanalítico (Freud, 1910/2013).

Corroborando essa perspectiva, um trabalho como o de Roudinesco e Plon (1998) acrescenta, ainda, outro dado importante: que a potencialidade da construção como instrumento analítico não se restringiu ao contexto da clínica, sendo utilizada por Freud também em suas discussões metapsicológicas e trabalhos sobre arte e cultura. Conforme as os autores:

nesse aspecto, pode-se dizer que a construção é, ao mesmo tempo, a quintessência da interpretação e uma crítica da interpretação, na medida em que permite restabelecer de modo coerente a significação global da história de um sujeito em vez de se ater à apreensão de alguns detalhes sintomáticos. Freud usava permanentemente esse processo de construção, tanto em suas análises . . . quanto em suas hipóteses sobre a metapsicologia ou a pulsão de morte, ou ainda em suas obras literárias sobre Leonardo da Vinci (1452-1519) ou Moisés. (Roudinesco & Plon, 1998, p. 389)

A despeito de tais observações funcionarem como breve introdução ao tema, elas certamente não substituem a leitura do texto original em que Freud (1937/1976), às voltas com as acusações de que o tratamento clínico por ele idealizado estaria diretamente associado à sugestão, aborda de maneira direta o tema das construções do analista. E, ao fazê-lo, procura, entre outras coisas, relativizar a noção e os critérios de *verdade* com os quais trabalha a psicanálise. Assim, passemos-lhe a palavra.

Realismo versus construtivismo em psicanálise

Primeira parte: o sentido de um retorno a Freud

O artigo de Freud (1937/1976) tem início com uma réplica à afirmação de que, em se tratando

do trabalho do analista, a razão estaria sempre ao lado deste. Afinal, sugeriam à época os críticos da psicanálise, qualquer interpretação prontamente aceita se revelaria adequada em si mesma, ao passo que tentativas de oposição por parte do paciente significariam apenas resistências neuróticas.

Diante desses argumentos, aliados à aceitação do fato de que uma negativa por parte do paciente em geral não demove o analista das suas escolhas interpretativas, Freud (1937/1976) considera útil aprofundar como são apreciados o *sim* e o *não* como possíveis respostas do analisando. Nesse sentido, recordando um pouco dos principais postulados da psicanálise, destaca como tarefa fundamental do analista a condução do paciente rumo ao abandono das repressões infantis que resultariam em um sofrimento atual, as quais deveriam ser substituídas por reações outras mais maduras em termos psíquicos.

Para tanto, segue Freud (1937/1976), seria necessário promover a recordação tanto de certas vivências momentaneamente esquecidas quanto das moções de afeto delas resultantes, contando, para tal tarefa, com o precioso auxílio de uma série de materiais fornecidos pelo paciente. Exemplos seriam ideias e fragmentos de sonho, bem como a repetição de afetos obtida pela via da transferência.

Ainda para Freud (1937/1976), o interesse fundamental de tal labor rememorativo residiria no estabelecimento de um quadro o máximo possível íntegro e confiável em termos de uma reconstituição dos eventos passados – e agora aparentemente esquecidos – da vida do paciente. Em outros termos, caberia ao analista: “deduzir o esquecido a partir dos indícios por ele deixados; melhor dizendo: tem que *construí-lo*” (Freud, 1937/1976, p. 260). Com isso, Freud (1937/1976) propõe uma interessante relação entre as atividades do analista e aquela outra, do arqueólogo – ambas pautadas por um processo de reconstituição.

Um pouco mais adiante, porém, Freud (1937/1976) estabelecerá uma diferença entre a arqueologia e a psicanálise que se revelará importante, considerando os nossos propósitos. É quando nos apresenta sua crença tanto na preservação última de conteúdos psíquicos reprimidos – e, assim, afastados da consciência – quanto na capacidade do labor analítico no sentido de um resgate de tal material. Ainda por cima, possivelmente, em sua forma completa. Nos seus próprios termos:

há que se levar em conta, porém, o fato de que aquele que exuma trata com objetos destruídos, dos quais grandes e importantes fragmentos foram irremediavelmente perdidos. . . . Resta, então, única e exclusivamente a reconstrução, que, em virtude disso, muito frequentemente não pode alcançar mais que uma certa similitude. Algo diverso ocorre com o objeto psíquico, cuja pré-história o analista visa estabelecer. Aqui se consegue regularmente o que em relação ao objeto arqueológico somente

ocorre em felizes casos excepcionais. . . . Todo o essencial permanece conservado, mesmo o que parece esquecido por completo; está, todavia, presente de algum modo e em alguma parte, só que soterrado, inacessível ao indivíduo. . . . Depende somente da técnica analítica que se consiga ou não trazer à luz de maneira completa o escondido. (Freud, 1937/1976, pp. 261-262)

O texto prossegue com outras considerações bastante relevantes. Por exemplo, uma oportuna comparação entre as noções de *interpretação* e *construção*. Aqui, pondera Freud (1937/1976) – a despeito da maior fama da primeira e também de certa confusão entre ambas – é a segunda que efetivamente deveria ser mais levada em conta se quiséssemos descrever as qualidades da técnica psicanalítica. Afinal, em vez de apontar para elementos isolados do material fornecido pelo paciente (papel da interpretação), a construção colocaria o sujeito diante de uma porção verdadeiramente maior, ainda que fragmentada, da sua história de vida.

Entretanto, pergunta-se Freud (1937/1976), de que garantias dispor para asseverar a veracidade e mesmo a utilidade terapêutica de tais construtos? Antes de buscar respostas para esse questionamento, o autor encontra um conforto na sua própria prática clínica. Segundo ele, esta o autorizaria a sustentar que, descontados certo desperdício de tempo ou mesmo uma eventual má impressão causada sobre a pessoa do analista, nenhuma outra consequência mais grave seria causada ao processo analítico pelo equívoco isolado representado por uma má construção (Freud, 1937/1976). O que poderia ocorrer, nesse caso, seria uma não resposta do paciente, intocado pelo que acabara de ouvir. Eis a deixa para a assunção do erro por parte do analista, que, sem perder sua autoridade, poderia, em outra ocasião, comunicar o erro ao paciente, acrescentando ao seu relato uma construção mais apropriada.

Sem perder de vista o fio condutor do seu raciocínio – qual seja, a defesa da psicanálise no que se refere à acusação de, em última escala, atuar pela via da sugestão, negligenciando as respostas do paciente às construções que lhe são propostas –, Freud (1937/1976) passa então a alguns comentários acerca da ambiguidade tanto do *sim* quanto do *não* que podem se seguir a uma construção do analista. Isso porque, a despeito de ambos poderem conter em si mesmos um indiscutível grau de legitimidade, não seria possível descartar a hipótese de que estivessem operando sob a batuta da resistência. Além do mais,

como toda construção desse tipo é incompleta, uma vez que abarca só um pequeno fragmento do evento esquecido, temos sempre a liberdade de supor que o analisando não desconhece propriamente o que lhe foi comunicado, e sim que a sua contradição vem legitimada pelo fragmento ainda não

descoberto. Via de regra, somente exteriorizará seu consentimento quando se houver interado de toda a verdade, a qual pode ser bastante extensa. A única interpretação segura do seu “não” é, então, que aquela (a construção) não é integral. (Freud, 1937/1976, p. 264)

Por conseguinte, uma vez demonstrada a precariedade das respostas diretas do paciente como critério único para a validação ou não das construções em análise, Freud (1937/1976), chama atenção para as possibilidades oferecidas por algumas outras reações de caráter mais indireto. Dentre elas, cita como exemplos desde o “nunca pensei (ou nunca teria pensado) nisso” – frase típica e que seria equivalente a algo como: “sim, o senhor tem razão, desta vez, acerca do funcionamento do meu inconsciente” –, até a ocorrência no analisando de certas lembranças complementares e/ou associações com conteúdo notoriamente próximo àquele do construto proferido pelo analista.

Finalmente, ainda no que se refere ao estabelecimento de parâmetros confiáveis em termos da maior ou menor eficácia de uma construção, Freud (1937/1976) retoma a importância de se levar em conta os comportamentos do paciente, associados, por seu turno, ao tipo de transferência (positiva ou negativa) estabelecida ao longo da relação terapêutica. Assim: “se a construção é falsa, não modifica em nada o paciente; mas, se é correta ou se aproxima da verdade, sua reação frente a ela será a de uma inequívoca piora dos sintomas e do seu estado geral” (Freud, 1937/1976, p. 266).

É dessa maneira que, reafirmando sua argumentação em prol da psicanálise, Freud (1937/1976) condensa o que disse até o momento. Aproveita, ainda, para defender a prática clínica de eventuais acusações quanto a uma ingênua pretensão de certezas últimas a serem alcançadas, lembrando que as construções em análise mereceriam a salvaguarda de, também elas, conterem uma natureza hipotética:

De maneira sintética, podemos estabelecer que não merecemos a censura de desdenhar da posição adotada pelo analisando diante das nossas construções. Nós a tomamos em conta e frequentemente extraímos dela valiosos pontos de apoio. Contudo, essas reações do paciente são muitas vezes ambíguas e não permitem uma decisão definitiva. Somente a continuidade da análise pode decidir se a nossa construção é correta ou inviável. Cada construção é tomada por nós apenas como uma conjectura que aguarda ser examinada, confirmada ou descartada. (Freud, 1937/1976, p. 266)

Ao dar prosseguimento à sua discussão, Freud (1937/1976) ensaia alguns comentários sobre o fato de que nem sempre seria viável trilhar o caminho ideal e que levaria do construto do analista à recordação do paciente.

Interessante notar, porém, que, logo em seguida, assevera que uma análise bem feita deteria o poder de provocar uma convicção demasiado forte acerca da veracidade de determinadas construções, o que, na prática, significaria um resultado terapêutico semelhante ao do resgate de uma lembrança reprimida. Ou seja, ainda que em outros termos, parece haver aqui certo reconhecimento do valor e mesmo da utilização da sugestão em psicanálise, possibilidade esta eminentemente rechaçada ao longo dos parágrafos anteriores.

Lamentavelmente, Freud (1937/1976) evita se aprofundar no tema, optando por discorrer acerca de outro fenômeno que, em sua opinião, traria em si questões de maior amplitude. Trata-se do curioso fato de determinadas construções acertadas evocarem nos pacientes recordações que, embora bastante claras, não estariam diretamente relacionadas ao evento que se buscava (re)construir. Por exemplo, um analisando que descreve em detalhes alguns rostos e móveis presentes quando de uma ocorrência possivelmente traumática, todavia, jamais o acontecimento em si mesmo, o que poderia ser tomado como a manifestação de uma poderosa resistência que deslocaria para objetos de menor significação a pulsão emergente posta em movimento ao comunicar a construção.

A continuidade da leitura do texto de Freud (1937/1976) revela a analogia proposta pelo autor entre as recordações supramencionadas e as alucinações de cunho psicótico, ambas possivelmente associadas à pressão exercida por um retorno de conteúdos psíquicos anteriormente reprimidos:

Talvez seja um traço universal da alucinação – não apreciado suficientemente bem até agora – que dentro dela retorne algo há muito vivenciado e logo esquecido, algo que a criança viu ou ouviu na época em que mal detinha acesso à linguagem e que agora força sua emergência rumo à consciência, provavelmente desfigurado e deslocado por efeito das forças que contrariam tal retorno. E, se a alucinação é tomada de uma maneira mais próxima a determinadas formas de psicose, nossa dedução pode dar um passo a mais. Quiçá as formações delirantes às quais com grande frequência encontramos associadas estas alucinações não sejam tão independentes como supúnhamos anteriormente da pulsão emergente do inconsciente e do retorno do reprimido. (Freud, 1937/1976, p. 268)

Com isso, Freud (1937/1976) abre espaço para a tese de que a pulsão emergente pudesse tirar partido do afastamento da realidade objetiva na tentativa de impor seu conteúdo à consciência, cabendo às resistências e à tendência ao cumprimento do desejo o papel de mascarar e/ou deslocar o material a ser recordado. Enfim, poder-se-ia pensar aqui (mesmo no caso da psicose) em uma formação de compromisso equivalente àquela produzida pelo mecanismo do sonho.

Como decorrência imediata de tal linha de raciocínio, chega a nós a proposta freudiana de que, em meio à realidade psíquica, seria possível alcançar o fragmento traumático de uma verdade histórico-vivencial. E mais: de que este fundamentaria, ao menos em certo sentido, tanto a loucura quanto o próprio trabalho do analista, o qual se voltaria a uma nova forma de abordagem terapêutica do delírio.

Ainda sob a influência de tais ideias, Freud (1937/1976) nos propõe uma última analogia. Desta feita, entre os delírios do paciente e as construções do analista, ambos pensados como tentativas de cura e/ou explicação. Haveria, contudo, limites para essa aproximação, já que os primeiros não iriam além de uma substituição do fragmento de realidade rejeitado no passado. Dessa forma, como vimos há pouco, caberia à psicanálise revelar os vínculos entre o material fornecido pela rejeição atual e o conteúdo originalmente reprimido, podendo-se, inclusive, conjecturar acerca do teor de reminiscência presente nos próprios conteúdos delirantes. Eis aí a mensagem final do escrito de Freud, expressa por ele nos seguintes termos:

Assim como a nossa construção produz seu efeito por restituir um fragmento biográfico (*Lebensgeschichte*, “história objetiva de vida”) do passado, também o delírio deve seu poder de convencimento à parte de verdade histórico-vivencial que põe no lugar da realidade rechaçada. Com efeito, também se aplicaria ao delírio a assertiva que, há tempos atrás, declarei como exclusiva da histeria. A saber, que o enfermo padece das suas reminiscências. (Freud, 1937/1976, pp. 269-270)

Quer a aceitemos integralmente ou não, fato é que toda argumentação de Freud (1937/1976) em prol da psicanálise mediante as sempre recorrentes acusações de sugestão e/ou charlatanismo nos fornece uma considerável gama de temas para reflexão – particularmente no que se refere ao estabelecimento de critérios para as “verdades” clínicas. Por exemplo, quando chama nossa atenção para as ambiguidades do *sim* e do *não* advindos dos analisandos, ambiguidades estas que, muitas vezes associadas a enormes resistências ao tratamento, perdem o *status* de respostas claras e definitivas no que se refere aos avanços ou retrocessos do processo analítico.

Nesse mesmo sentido da relativização de parâmetros que pudessem medir a maior ou menor eficácia da psicanálise, vale lembrar ainda que Freud (1937/1976) salvaguarda sua prática ao negar a ela a pretensão de certezas últimas, enfatizando, ao contrário, o caráter hipotético e aproximativo da construção analítica. Aliás, tratar-se-ia aqui de uma incerteza constitutiva do próprio trabalho do analista, já que determinada pelo seu objeto de estudos: o inconsciente, tão refratário aos ditames da razão instrumental a ponto de nos forçar a reconhecer a existência de uma divisão na *realidade*, agora bipartida em psíquica e material.

De qualquer forma, a despeito desses importantes esclarecimentos, não nos parece possível afastar definitivamente a impressão de que o iluminista em Freud ainda permanece prisioneiro da crença em verdades “soterradas” a serem alcançadas pelo par analítico. Dito de maneira distinta, voltamos ao questionamento da possibilidade ou não de uma verdadeira tradução consciente do material psíquico da *outra cena* (aquela do inconsciente). Essa é a opinião de um autor como Viderman (1990), do qual nos ocuparemos a partir de agora.

Segunda parte: Serge Viderman e a construção do espaço analítico

Para melhor fundamentar sua própria (e contundente) argumentação, Viderman (1990) realiza um percurso por boa parte da obra de Freud para nela apontar um abandono apenas parcial da *Neurótica*, ou teoria da sedução, a qual – vale lembrar – relativa aos primórdios da psicanálise, postulava a existência de um trauma infantil de natureza sexual como origem etiológica da neurose. Com efeito, sugere o psicanalista francês, mesmo com a posterior ênfase no Complexo de Édipo (que confere maior abertura à fantasia e, com ela, à dimensão desejante e imaginária da sedução), Freud jamais teria deixado de buscar as “fontes do Nilo” da psicopatologia. Ou seja, a delimitação de um acontecimento histórico irrecusável que, inclusive, fundamentasse o próprio edifício teórico da psicanálise.

Para Viderman (1990), porém, caberia muito bem perguntar: seria mesmo possível reconstruir clinicamente a história de um paciente? Em caso afirmativo, sob que bases? É levando em conta tais questões que Viderman (1990) se dedica ao que denomina de *difrações* do espaço analítico, diretamente ligadas, segundo ele, à dinâmica do fenômeno transferencial, que, recordemos, de empecilho inicial ao trabalho analítico, galgaria posteriormente o *status* de ferramenta essencial para uma suposta recuperação de vivências até então inacessíveis à memória. O problema para Viderman (1990) é que, de forma a manejar tal instrumento, teria sido criado o ideal de um analista livre de ambiguidades que, com absoluta transparência, recolheria a essência do passado projetado pelo paciente.

Alcançamos um importante momento do trabalho de Viderman (1990), que nos lembra que a busca da verdade em psicanálise e, por derivação, a própria constituição do *setting* analítico – incluindo-se aí a delimitação de papéis, o manejo da transferência e o há pouco mencionado ideal de neutralidade do psicanalista – não aparecem ao sabor do acaso, e sim balizadas por um arsenal teórico previamente definido. Essa constatação é decisiva, já que serve para que o mesmo Viderman (1990) aponte uma progressiva reordenação em termos da transferência, agora não mais associada à descoberta, mas à criação.

Uma consequência natural de tal discussão aparece na ênfase de Viderman (1990) quanto à importância da

contratransferência, já que, de acordo com esse ponto de vista, não somente a teoria delimitaria previamente o campo analítico, mas também a própria pessoa do analista deteria relevante participação nesse processo. Segundo o autor, negar esse fato significaria incorrer em grave erro. Afinal,

tal concepção não abstrai somente da evidência de que foi pela decisão unilateral do analista que tal quadro se impôs, mas, também (e é igualmente o mais importante e mais carregado de consequências), de que é de sua atitude e de suas decisões que dependerá, de fato, todo desenrolar da cura. . . . Nesse sentido, não é possível separar os meios do fim – em outras palavras: separar aquilo que se obteve daquilo pelo qual e por quem ele foi obtido. . . . Crer que o analista precisamente não responde é evitar colocar o problema, problema de que depende o entendimento real do processo analítico. (Viderman, 1990, p. 44)

Temos aí que o paradoxo da situação do analista residiria na dificuldade em encontrar uma espécie de ponto de Arquimedes capaz de sustentar o equilíbrio entre a observação e a participação, o que somente confirmaria o coeficiente de incerteza ao qual estaria submetida qualquer descoberta do sentido em psicanálise, inviabilizando assim a “pureza” da pretensão freudiana de um alcance da verdade por meio da neutralidade. Diante dessa aporia, destaca-se o problema da acentuação excessiva quer seja da interpretação, quer seja daquele que a profere, no segundo caso em particular, com o perigo de que a tarefa do analista se reduzisse a um mero conjunto de regras normativas.

Viderman (1990), então, avança em sua argumentação ao esmiuçar alguns pormenores da relação entre psicanálise e linguagem, identificando esta como uma rede de inteligibilidade que o analista lançaria sobre o inconsciente, organizando uma realidade de segundo grau que não equivaleria necessariamente às qualidades brutas da pulsão. Assim, considerando ainda o caráter sobredeterminado do sintoma, seria possível sustentar apenas conjecturas que, por sua vez, significariam não portos seguros, mas novas ambiguidades para um sentido que não estaria em outra parte senão na própria leitura. Portanto, contrariando a perspectiva anteriormente defendida por Freud (1937/1976), eis aqui a clara proposta de que

a história que se faz na situação analítica, na caminhada da análise que o analista constrói por meio da linguagem, não é a reconstituição arqueológica de um edifício devastado pelo tempo cujo conjunto desaparecido pudesse ser recolocado no lugar pela descoberta do vestígio de uma coluna. . . . Na interpretação da fantasia não existe laço algum convencionado entre significante

e significado. O significante, contrariando todas as leis lingüísticas, não nos leva a um conceito significado existindo independentemente; ele o faz, sim, existir ao dizê-lo. (Viderman, 1990, pp. 58-59)

Podemos compreender, dessa maneira, a enorme ênfase concedida pelo trabalho de Viderman (1990) ao aparato conceitual que precede a interpretação, a qual aparece como representação artificial, mas não absolutamente arbitrária – já que balizada por uma teoria – que visaria reunir *na palavra* a pulsão estilizada pelas defesas do paciente. Para tanto, organizaria associações por vezes superficiais em uma ordem estruturada por modelos teóricos que, previamente estabelecidos, subverteriam o que é dito a partir do divã. Ou seja, tratar-se-ia, inevitavelmente, de uma escolha arbitrária do sentido, mesmo que justificada por bons motivos técnicos.

Então, sentencia Viderman (1990), em se tratando da atividade clínica não haveria separação rígida entre mentira e verdade, mas uma dialética de contrários em que a mentira, à sua própria maneira, também seria uma verdade a ser construída *na e pela* situação analítica. Como, então, pergunta o autor, buscar garantias “científicas” para sustentar interpretações da palavra alheia? Agindo dessa forma, acabaríamos por incorrer no mesmo paradoxo de Freud (1937/1976): aquele de pretender fundamentar a construção de fantasias sobre elementos supostamente reais em termos históricos.

Com efeito, a psicanálise se tornaria resultante do encontro entre uma teoria que baliza certas linhas de raciocínio e o procedimento clínico – estritamente associado, por sua vez, ao fenômeno transferencial, singular e relativo às particularidades de cada caso. Da mistura desses dois elementos é que advém a assertiva fundamental de Viderman (1990), segundo a qual não haveria *uma* verdade última de tipo platônico a ser alcançada pelo par analítico, cabendo ao conhecimento inaugurado por Freud o *status* de algo inevitavelmente construído *no e pelo* espaço restrito do *setting*. Isso inviabilizaria qualquer pretensão de, ao mesmo tempo, sublinhar seu caráter extraordinário e limitar sua força explosiva a um quadro fixo e previsível como o da situação experimental. E é exatamente aí, finaliza Viderman (1990), que se localizariam as férteis potencialidades da psicanálise tanto como modalidade terapêutica quanto na qualidade de ramo de pesquisas. Sua principal virtude? Amparar-se não no rigor técnico, formalista e generalizante, mas em um apreço pelo individual que, pronto a assumir o risco do erro, adquiriria ares de estética da criação.

Parece, portanto, que nos situamos em um impasse que incide diretamente sobre o objeto deste artigo: o problema da alteridade e da imposição/negociação de sentido em psicanálise. Nestes termos, trata-se de como conciliar os resquícios do realismo em Freud (1937/1976) – ou seja, a sua “arqueologia” presente na

aposta quanto a possíveis origens histórico-vivenciais para o trauma psíquico – com o construtivismo proposto por Viderman (1990), segundo o qual o inconsciente, jamais um dado natural, se expressaria unicamente por uma (meta)linguagem que, ao dizer a fantasia, também a criaria. Pois bem, qual das duas partes tem razão nessa contenda? Ou será que, superando dicotomias de caráter simplista, haveria alguma outra maneira de pensarmos a questão? É a esta última alternativa que dedicaremos nossos derradeiros parágrafos.

Considerações finais

Nas páginas anteriores estabelecemos um contraponto entre duas tendências que buscam espaço no meio psicanalítico. Falamos dos *construtivistas* e dos *realistas*. Quanto aos primeiros, aqui representados particularmente por Viderman (1990), sua principal característica é, *grosso modo*, a de enfatizar a inexistência de garantias de correspondência entre a representação e a coisa representada. Em termos clínicos, isto significa a aposta em uma perene inadequação entre as metapsicologias e o funcionamento do aparelho psíquico. Por conseguinte, temos ainda na perspectiva construtivista a frustração de qualquer expectativa de que as interpretações ou construções em análise se revelem adequadas como instrumentos de contato com a “verdadeira” história do sujeito que se submete ao tratamento.

Já as versões da psicanálise que buscam apoio em uma epistemologia do tipo *realista*, aparentemente mais próximas à perspectiva originalmente inaugurada por Freud (1937/1976), parecem se unir na crença quanto à possibilidade da obtenção de um conhecimento clínico confiável e independente de “contaminações” subjetivas. A despeito, talvez, das boas intenções presentes em tal discurso, o problema começa a aparecer quando observamos mais de perto a questão dos *fatos*. Afinal, este é um terreno movediço em que a *verdade* adquire marcados contornos de precariedade, já que invariavelmente atravessada pelas artimanhas do inconsciente.

Então, uma vez configurado tal contraponto, que – importante acrescentar – traz consigo uma nada desprezível dimensão didática, cabe enfatizar agora que nosso movimento não será o de permanecermos no âmbito de uma comparação meramente descritiva entre *realistas* e *construtivistas*, demolindo, talvez, a ideia de uma absoluta oposição entre si. Em vez disso, seguindo de perto uma perspectiva anteriormente defendida por Figueiredo (1994a, 1995, 1998, 2002) a partir de releituras dos diálogos de Heidegger (1956/1989, 1990) com a ideia de modernidade – diálogos esses marcados pela problematização da chamada “metafísica da presença”, segundo a qual haveria uma consistência e/ou permanência do ser no tempo e no espaço –, interessa-nos demonstrar que ambos (*realistas* e *construtivistas*) são incompatíveis

com o que sugere e mesmo exige a prática analítica, uma vez que adotam uma concepção de *experiência* que, esta sim, deve ser repensada.

E por quê? Bem, por conta do perigo de, seguindo boa parte da tradição do pensamento ocidental, permanecermos tomando essa mesma *experiência* sob a primazia da presentificação – ou seja, como aquilo que se dá *na presença*, restando à memória e à expectativa o predicado de modos deficientes de encontrar algo que se revelaria em sua maior plenitude apenas ou preferencialmente na percepção do aqui e agora. Nessa perspectiva, vale notar, o passado aparece como um “foi presente”, e o futuro como um “será presente”, enquanto à narração caberia o papel de reuni-los (passado e futuro) em um único e “verdadeiro” presente.

Mas qual a implicação disso para a nossa discussão até agora? Como bem aponta Figueiredo (1998), ela aparece mais claramente se considerarmos que, no entrechoque entre realistas e construtivistas que destacamos aqui, tanto faz, em última análise, se a narrativa aparece tomada “como reconstrução (reprodução) ou construção (criação)” (p. 277). Afinal: “O que importa é ver que o sentido de *experiência* como *presentificação* é o mesmo em ambos os casos” (Figueiredo, 1998, p. 277).

Algo distinto ocorre, porém, se levamos em conta o caráter extemporâneo do inconsciente, a *Nachträglichkeit* freudiana como elaboração teórica dos efeitos traumáticos de acontecimentos “do passado” atualizados mediante certas condições proporcionadas por eventos posteriores. Aqui, a presença perde seu *status* de fundamento da experiência porque o *fora do tempo* passa a ser reconhecido como parte integrante e indissociável de tudo o que se dá como vivência presentificada. Eis a diferença fundamental entre a temporalidade psicanalítica e a narrativa convencional, aquela portadora de um ou mais sentidos e de um começo, meio e final bem-definidos.

Nesses termos, se o tempo em psicanálise muda, também deve fazê-lo a fala, que, para adquirir maior eficácia, em vez de fabricar contos belamente acabados, deve tornar possível um acolhimento do extemporâneo do inconsciente ao qual nos referimos há pouco, tornando-o livre para que exerça sua imprevisível atividade germinativa. Evidencia-se aqui, portanto, uma crítica à ideia de verdade como correspondência, crítica esta que, estendendo-se também ao contexto da clínica analítica, se assenta no recurso a uma palavra estranha ou estrangeira que, liberta de tarefas meramente comunicativas ou representativas, responda mais a partir de si mesma, e não de algum lugar preestabelecido pela linguagem ou por um autor específico. Pois é assim, nesse seu caráter eminentemente disruptivo, que poderá melhor favorecer a elaboração, libertando o sujeito ao reinstalar nele o movimento de uma história até então paralisada pelo trauma.

Como se pode notar, trata-se da busca, sempre provisória e sem garantias antecipadas de sucesso,

de uma correlação entre a renúncia à representação plena e a aspiração pelo sentido. E mais, com a aposta de que, a partir dessa abertura à diferença e à incompletude, abra-se também a possibilidade de uma fala que brote da escuta do ser como abismo, fala marcada pela aproximação do real como campo repleto de possibilidades, e não da realidade como representação fechada. Dito de forma sucinta, uma fala que situe a palavra (ou a *verdade*) em psicanálise *no momento, na transição* entre um *a priori* e um *a posteriori* do sentido.

Ao que parece, temos aqui uma espécie de coroamento de muito do que foi dito até o momento, com o poder da construção em análise aparecendo não na sua qualidade lógica ou na sua correspondência objetiva com um passado “esquecido”, mas na capacidade de fornecer alguma figurabilidade a esse mesmo passado, para que o que antes eram fragmentos desligados possa ser (re)experimentado de maneira mais elaborada. E é assim que, em termos mais amplos, os próprios dialetos metapsicológicos podem ser tomados como possíveis lugares de escuta e acolhimento da radical alteridade que funda a psicanálise, que se ocupa de um homem habitado por aquilo que não é ele mesmo.

Portanto, aproximando os significantes com os quais trabalhamos desde o título deste artigo (alteridade, verdade, construção e sentido em psicanálise), defendemos que, no que se refere ao tipo de saber e de clínica inaugurados por Freud, o ideal interpretativo não se restrinja nem à reconstrução de um conteúdo ou intenção última do paciente, tampouco a uma total imersão subjetiva do analista, criando assim um texto rigorosamente distinto da sua fonte. Em vez disso, propomos a possibilidade de uma “fabricação do estranho”, aqui tomada como o necessário afastamento de qualquer compreensão *a priori*, redutiva ou defensiva, de maneira a perpetuar no processo interpretativo sua estranheza originária produzida pela surpresa causada pela diferença com a qual o outro exige que nos deparemos (Figueiredo, 1994b; Souza, 2006).

Assim, se é que pode ser retirada alguma “consideração final” deste trabalho, cujo valor parece residir mais nas suas inconclusões, ela jaz na recomendação de que, na qualidade de intérprete, o analista busque o meio termo entre uma tradução que metabolize e incorpore totalmente a fala que lhe é dirigida e uma outra leitura que, abdicando de si mesma, deixe-se inundar pelo discurso alheio. Para tanto, para acompanhar as idas e vindas desse fluido emergir, impõe-se um exercício muito especial: aquele da espera, de se deixar afetar pelo inaudito como condição para a abertura ao conhecimento do outro como *possibilidade*. Em outros termos, trata-se de sustentar uma disponibilidade para com a diferença que, não à toa, se aproxima de uma disponibilidade para com o próprio movimento do pensamento.

The game of senses in psychoanalysis: otherness, truth and construction

Abstract: This article is a contribution to the debate concerning the problem of otherness in psychoanalysis. For this purpose, it focuses on the notion of *construction*, discussing the dilemma of imposition/negotiation of meaning in the clinical setting through a theoretical research that enhances two specific perspectives: the Freudian original one, closest to the realism of an equivalence between metapsychologies and the expressions of the unconscious, and that other later suggested by Serge Viderman, constructivist and skeptical about the possibilities of well-defined correspondences between clinical phenomena and predetermined theoretical representations. In conclusive terms, after approaching some dialogues proposed by Luís Claudio Figueiredo between psychoanalysis, temporality, narrativity and elements of Heidegger's philosophy, it defends an interpretative ideal that metabolizes and embodies the speech that is directed to it, but that also supports and holds its inner differences, revealing an availability to the movement of thought itself.

Keywords: psychoanalysis, otherness, truth, construction.

Le jeu des sens en psychanalyse: altérité, vérité et construction

Résumé : Cet article se présente comme une contribution au débat sur le problème de l'altérité en psychanalyse. Pour ce faire, il renvoie à l'idée de construction, abordant le dilemme imposition/négociation du sens en contexte clinique par une recherche théorique qui met deux perspectives spécifiques en valeur: l'originale freudienne, plus proche du réalisme d'une équivalence entre les métapsychologies et les expressions du inconscient, et l'autre, postérieurement proposé par Serge Viderman, constructiviste et méfiant quant aux possibilités de correspondances bien définies entre phénomènes cliniques et représentations théoriques prédéterminées. En conclusion, après s'approcher de quelques dialogues proposés par Luís Claudio Figueiredo entre psychanalyse, temporalité, narrativité et éléments de la philosophie de Heidegger, il défend un idéal interprétatif qui métabolise le discours qui lui est adressé, mais qui soutient et accueille également ses différences intrinsèques, en révélant une disponibilité pour le mouvement de la pensée elle-même.

Mots-clés: psychanalyse, altérité, vérité, construction.

El juego de los sentidos en psicoanálisis: alteridad, verdad y construcción

Resumen: Este artículo se presenta como una contribución al debate acerca del problema de la alteridad en psicoanálisis. Para ello, se remite a la noción de construcción, discutiendo el dilema de la imposición/negociación de sentido en el setting clínico por medio de una investigación teórica que detalla dos perspectivas específicas: la original freudiana, más próxima al realismo de una equivalencia entre las metapsicologías y las expresiones del inconsciente, y aquella otra posteriormente sugerida por Serge Viderman, constructivista y desconfiada en cuanto a la posibilidad de correspondencias bien definidas entre fenómenos clínicos y representaciones teóricas predeterminadas. En términos concluyentes, después de acercarse a algunos diálogos propuestos por Luís Claudio Figueiredo entre psicoanálisis, temporalidad, narratividad y elementos de la filosofía de Heidegger, defiende un ideal interpretativo que metabolice e incorpore el habla que se le dirige, pero que también apoye y acoja las diferencias inherentes a ella, revelando así una disponibilidad para con el propio movimiento del pensamiento.

Palabras clave: psicoanálisis, alteridad, verdad, construcción.

Referências

- Ahumada, J. L. (1999). *Descobertas e refutações: a lógica do método psicanalítico*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Figueiredo, L. C. (1994a). *Escutar, recordar, dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. São Paulo, SP: Escuta/Educ.
- Figueiredo, L. C. (1994b). A fabricação do estranho: notas sobre uma hermenêutica "negativa". *Boletim de Novidades: Pulsional*, 57, 17-22.
- Figueiredo, L. C. (1995). Heidegger, língua e fala. *Psicanálise e Universidade*, 3, 67-75.
- Figueiredo, L. C. (1996). Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica: uma releitura de "Construções em análise". *Percursos*, 16(1), 81-89.
- Figueiredo, L. C. (1998). Temporalidad y narratividad en los procesos de subjetivación de la clínica psicoanalítica. In M. Rovalletti (Org.), *Temporalidad: el problema del*

- tiempo en el pensamiento actual* (pp. 271-282). Buenos Aires, Argentina: Lugar Editorial.
- Figueiredo, L. C. (2002). O tempo na pesquisa dos processos de singularização. *Psicologia Clínica*, 14(2), 15-33.
- Freud, S. (1976). Construcciones en el análisis. In *Obras completas: Moises y la religión monoteísta, esquema del psicoanálisis, y otras obras* (J. L. Etcheverry, trad., Vol. 23, pp. 255-270). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (2013). Sobre psicanálise “selvagem”. In *Sigmund Freud: obras completas – Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”], uma recordação da infância de Leonardo Da Vinci e outros textos* (P. C. de Souza, trad., Vol. 9, pp. 324-333). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909-1910)
- Heidegger, M. (1989). *Le principe de raison* (A. Préau, trad.). Paris, France: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1956)
- Heidegger, M. (1990). *Questions III* (A. Préau, J. Hervier & R. Munier, trad.). Paris, France: Gallimard.
- Kaufmann, P. (1996). Interpretação e construção. In P. Kaufmann (Org.), *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan* (V. Ribeiro & M. L. Borges, trad., pp. 280-281). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1992). Construção. In J. Laplanche & J. B. Pontalis, *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, trad., pp. 97-99). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). Interpretação. In E. Roudinesco & M. Plon, *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro & L. Magalhães, trad., pp. 388-390). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Souza, M. R. (2006). A “fabricação do estranho” em antropologia e psicanálise (notas para um diálogo intertextual). *Psychê*, 19, 33-46.
- Videman, S. (1990). *A construção do espaço analítico* (S. J. Almeida, trad.). São Paulo, SP: Escuta.

Recebido: 31/10/2017

Aprovado: 01/08/2018